

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1290

UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013

COMPETE
2020
PROGRAMA OPERACIONAL COMERCÍO E INOVAÇÃO

PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coordenador

José Reis

Editor

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Revisão Científica

Ana Cordeiro Santos, António Sousa Ribeiro, Carlos Fortuna, João Rodrigues, José Castro Caldas, José Reis, Pedro Hespanha, Vítor Neves

Revisão Linguística

Ana Sofia Veloso, Alina Timóteo

Design e Paginação

André Queda

Julho, 2020

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/50012/2020.

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos/das seus/suas autores/autoras.

ISBN

978-989-8847-25-6

CULPABILIZAÇÃO E VIOLÊNCIA SÓCIAL

Tiago Pires Marques

Desde o início da pandemia de COVID-19, têm sido reportados casos de violência verbal e física contra indivíduos de fenótipo asiático. Apesar de a Organização Mundial da Saúde ter eliminado na designação de novas doenças a referência a lugares, pessoas, animais e ocupações, o novo coronavírus é associado à China – uma associação capitalizada politicamente por líderes como Donald Trump. A produção de notícias falsas amplificadas pelas redes sociais globalizou este fenómeno de estigmatização e a busca de bodes expiatórios. Numa intervenção que passou relativamente despercebida, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, falou num “tsunami de ódio” dirigido, entre outros, contra os asiáticos. Todas as grandes epidemias produziram fenómenos de bode expiatório, e esta, portanto, não é exceção. Para além do exemplo já mencionado, são ainda observados processos de estigmatização e violência – verbal, física e/ou na forma de abandono – contra idosos, refugiados, moradores de bairros periféricos e de favelas, população LGBTQ e minorias étnicas e religiosas. O caso mais grave parece ser o da Índia, com perseguições violentas contra muçulmanos, aos quais se atribui a disseminação da epidemia.

Nas respostas aos fenómenos de bode expiatório, podemos considerar duas frentes: a prevenção e a proteção. E, em cada uma destas, diferentes planos, já que este tipo de culpabilização reflete estruturas sociais, configurações político-culturais e circunstâncias.

O eixo da prevenção envolve, de forma mais acentuada, a dimensão estrutural, uma vez que as sociedades mais desiguais na distribuição de poder, riqueza e capital simbólico são as mais suscetíveis à formação de bodes expiatórios. Assim, a redução das desigualdades é

uma condição necessária à eliminação destes fenómenos. A prevenção requer também a tomada de medidas no plano político-cultural: a expansão dos direitos humanos a todas as pessoas, independentemente da sua posição social, assim como das suas diferenças relativamente aos grupos dominantes, é igualmente fundamental. Não basta a afirmação de direitos universais, tem de haver um combate ativo a todas as formas de exclusão de indivíduos e grupos do campo de aplicação dos direitos humanos. Talvez seja mesmo essencial repensar as noções de direitos – pois inscrevem-se numa lógica de condições de acesso – e de humanidade – já que esta transporta a possibilidade de uma não-humanidade, atribuível a um *outro*. Finalmente, é necessária uma atitude de vigilância em relação a sinais precoces de formação de bodes expiatórios, por meio de intervenções pedagógicas e de promoção da literacia cultural e sanitária junto das populações e de públicos-alvo. Autoridades, *media* e professores/as têm neste âmbito uma função particularmente importante.

A proteção das vítimas exige um amplo reconhecimento do problema e a promoção de instituições e atitudes de hospitalidade e solidariedade. Esta é uma função que cumpre aos Estados e às organizações intergovernamentais. É fundamental dignificar a condição de refugiado/a, promovendo a hospitalidade e a solidariedade como valores, e mesmo como deveres, de sociedades plenamente desenvolvidas; e criando condições político-jurídicas e materiais que garantam a dignidade dos refugiados. O serviço social, as instituições de saúde, as polícias, as escolas e universidades, as igrejas, as instituições culturais e os atores económicos, todos devem ser chamados a reforçar a cultura política da solidariedade.